

# US\$ 7 bilhões em exportações

por Cynthia Malta  
de São Paulo

Até o final deste mês as primeiras conversões da dívida externa em exportações serão implementadas. Pedidos de indústrias e tradings interessadas em exportar através desse mecanismo já somam US\$ 7 bilhões. Desse total, o Comitê de Conversão de Dívida em Exportação (Codex) — formado pelo diretor da Carteira de Comércio Exterior (Cacex) do Banco do Brasil, Namir Salek, pelo chefe da Secretaria de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda, Sérgio Amaral, e pelo diretor da Área Externa do Banco Central, Arnim Lore — deverá liberar aproximadamente 20% para aquelas operações.

"Calculo que apenas 20% dos pedidos, que correspondem a US\$ 1,4 bilhão, deverão ser aprovados, pois há muitas propostas que não preenchem os requisitos básicos", diz o vice-presidente da Cotia Trading, Roberto Fonseca. Segundo ele, o Codex está dando preferência para aprovar pedidos dos setores de indústria naval, de equipamentos agrícolas e de eletroeletrônicos, que estão com alto índice de capacidade ociosa e poderiam utilizar esse mecanismo para equilibrar a sua produção. Além disso, na triagem feita pelo Codex, as propostas que não estão comprovadas através de contrato com o importador ou não fazem parte do programa Befix do Ministério da Indústria e do Comércio não têm muita chance de ser liberadas, acredita Fonseca.

O mecanismo de conversão de dívida em exportações destina-se, basicamente, a gerar exportações adicionais à pauta brasileira,

ra, mediante a conquista de novos mercados ou a venda de produtos não tradicionais, explica Fonseca. Os países considerados de alto risco, "praticamente todo o continente africano e a América Latina", seriam os principais beneficiados com a implantação desse mecanismo de conversão, pois atualmente "eles não estão obtendo financiamentos para realizar importações", afirma Fonseca. Um dos critérios utilizados pelo governo para considerar um país de alto risco é a sua não inclusão no Instituto de Resseguros do Brasil (IRB), esclarece o empresário.

## COTIA, AUMENTO SUPERIOR A 200%

A Cotia Trading, que também enviou propostas de conversão de dívida em exportação ao Codex, cujo valor Fonseca prefere não revelar, exportou no ano passado US\$ 280 milhões. Cerca de 10% desse total correspondeu a exportações de bens de capital. Segundo cálculos feitos pelo seu vice-presidente, com a implantação do mecanismo de conversão, a Cotia deverá exportar cerca de US\$ 100 milhões apenas em bens de capital. Isso significa um aumento de mais de 250% sobre a exportação de bens de capital que a trading deve fazer neste ano, em relação ao ano passado.

Serviços de engenharia pesada e de consultoria especializada no exterior poderão, a longo prazo, ser exportados pelo mecanismo de conversão, segundo Fonseca. Essa sugestão, aliás, foi aprovada na última reunião do Conselho Nacional de Comércio Exterior (Concex), mas a sua aplicação ainda não tem prazo determinado. "Isso não está sendo discutido

pelo governo no momento", informa Fonseca, que é membro do Concex, onde é um dos representantes do setor privado.

O Concex também aprovou a ideia de que o Banco Central deveria indicar quais os tipos de título da dívida externa brasileira que seriam liquidados mediante a conversão em exportações. Segundo Fonseca, "as dívidas maiores de posse daquelas instituições, que geralmente não aceitam fazer refinanciamento, por exemplo, deverão ser as escolhidas. Com isso decidido, o exportador credenciado vai buscar no mercado os títulos que preencham as condições impostas pelo governo".

## VANTAGEM DE PAGAR À VISTA

Fonseca explica ainda que, na conversão de dívida em exportações, o pagamento ao exportador poderá ser feito à vista ou a prazo pelo Banco Central (BC). No pagamento à vista, o importador adquire títulos da dívida no mercado "beneficiando-se de um deságio, atualmente de cerca de 50%", em valor correspondente à exportação brasileira. Esses títulos são depositados no BC, que libera o seu valor convertido em cruzados ao câmbio oficial, mediante a apresentação de documentos de embarque da mercadoria.

A forma de pagamento à vista, no entanto, foi descartada pelo diretor da Cacex, Namir Salek, para quem "só faz sentido utilizar o mecanismo da conversão para financiar a produção de bens sob encomenda, como navios, por exemplo". Fonseca concorda em que com a utilização dessa forma de pagamento



Roberto Fonseca

versão de dívida na exportação de produtos que têm significativo volume de componentes importados, como é o caso do navio brasileiro, é a de que "pode gerar um efeito líquido negativo no fluxo de caixa do BC, em termos de divisas", lembra Fonseca. Ou seja, o Brasil, além de trocar produto exportado por papel, ainda teria de gastar dólares para importar componentes.

## OS INCENTIVOS DE TERCEIROS

No entanto, Fonseca acredita que esse aspecto negativo possa ser contornado, por exemplo, com uma exigência do BC para que o valor importado seja pago não com divisas brasileiras mas com um "drawback compensado". "O exportador dos componentes compromete-se a comprar produtos brasileiros para o seu país no valor correspondente à importação brasileira dos seus produtos", explica Fonseca.

Outra maneira de impedir a saída de divisas do País para compra de componentes, sugerida por Fonseca, é que, "em vez de o exportador receber 100% dos títulos da dívida em cruzados, o valor referente aos componentes seria pago em moeda pelo comprador estrangeiro e o restante em títulos".

"O importante nisso tudo é que o governo está ouvindo os empresários e procurando uma maneira de estimular a produção de setores da indústria que estão com um alto grau de capacidade ociosa. E a vantagem é que se utilizará um incentivo que está no bolso de terceiros, sem nenhum risco para o governo ou para o exportador brasileiro", afirma Fonseca.